

KÁTIA M. ETCHEVERRY*

CONHECIMENTO COMO MANIFESTAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO AGENTE EPISTÊMICO

Knowledge as the manifestation of the epistemic agent's competence

Abstract

The focus of this paper is the defense of a proposal that can face the objections against recent credit accounts of knowledge – i.e., that epistemic credit is neither necessary nor sufficient for knowledge. By combining three intuitions shared by these theories, namely the attribution intuition, the safety intuition, and the adequacy intuition, knowledge can be defined as «belief that manifests the agent's cognitive competence», where the manifestation of the agent's cognitive competence implies (i) success (the belief is true); (ii) competence (the agent has the relevant skill and is in the appropriate external and internal conditions); and (iii) credit (the agent's competence is essential for his cognitive success).

Keywords: analysis of knowledge; epistemic credit theory; epistemic agency; manifestation of competence.

Authors: John Greco; Duncan Pritchard; Ernest Sosa.

* Doutora em Filosofia, professora em estágio pós-doutoral (PNPD/CAPES), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: katia.etcheverry@acad.pucrs.br.

Resumo

O foco deste artigo está na defesa de uma proposta capaz de enfrentar as objeções, colocadas contra explicações de conhecimento em termos do crédito, de que crédito epistêmico não seria condição necessária nem suficiente para o conhecimento. Ao reunir três intuições presentes em teorias do crédito defendidas na epistemologia recente, a saber, a intuição da atribuição, a intuição da segurança e a intuição da adequação, conhecimento pode ser definido como «crença que manifesta a competência cognitiva do agente», onde a manifestação da competência cognitiva do agente implica (i) sucesso (obtenção de crença verdadeira); (ii) competência (o agente possui a habilidade relevante e está em condições apropriadas interna e externamente); e (iii) crédito, a competência do agente é essencial para seu sucesso cognitivo.

Palavras-chave: análise do conhecimento; teoria do crédito epistêmico; agência epistêmica; manifestação da competência.

Autores: John Greco; Duncan Pritchard; Ernest Sosa.

Introdução

Por algumas dezenas de séculos a definição platônica de conhecimento como «crença verdadeira e justificada» vigorou sem sobressaltos, até que Edmund Gettier apresentou dois contraexemplos¹ mostrando que as três condições da análise clássica, apesar de necessárias, não são conjuntamente suficientes para explicar casos de conhecimento uma vez que crenças justificadas podem ser verdadeiras apenas por acaso. A comunidade recebeu o desafio de Gettier como uma motivação para rever a análise clássica e desde então várias propostas de revisão foram oferecidas, dentre as quais as teorias epistemológicas da virtude.

Conforme os epistemólogos da virtude, a obtenção de crença verdadeira de modo meramente acidental, que é a marca característica de casos do tipo Gettier, pode ser evitada ao se exigir, como condição necessária para o conhecimento, que o sucesso cognitivo seja atribuível, ou creditável, a propriedades do sujeito que constituem disposições estáveis e confiáveis de seu caráter cognitivo. Dentre as teorias epistemológicas da virtude algumas têm explicado conhecimento como sendo «crença verdadeira creditável ao agente»². Essas teorias, ditas «do crédito epistêmico», se caracterizam por entender que um tipo especial de crédito é conferido ao agente porque seu sucesso epistêmico (isto é, a obtenção de crença verdadeira) é devido ao exercício de suas competências cog-

¹ GETTIER, Edmund, «Is Justified Belief Knowledge?», in E. SOSA – J. KIM – J. FANTL – M. MCGRATH (eds.), *Epistemology: an anthology*, Blackwell Publishing, Malden 2009, 192-193.

² São proponentes importantes dessa vertente John Greco, Ernest Sosa e Duncan Pritchard.

nitivas³ e não a outro fator qualquer, de modo que o fato de ele ter alcançado crença verdadeira não é acidental. Desse modo, determinado agente, A, sabe a proposição verdadeira objeto de sua crença C porque ter formado C (isto é, ter sido bem-sucedido em alcançar crença verdadeira) é atribuído a suas habilidades cognitivas, de modo que C é crédito desse agente. Nessa perspectiva, o fato de o agente ter crédito epistêmico estabeleceria a distinção entre casos de conhecimento e casos onde, apesar de ter crença verdadeira, o agente não tem conhecimento.

Os teóricos do crédito têm enfrentado algumas objeções na forma de contraexemplos que visam dar suporte à alegação de que introduzir a noção de crédito na explicação de conhecimento não traz nenhum ganho teórico, uma vez que crédito não seria necessário nem suficiente para o conhecimento. O objetivo deste artigo é o de oferecer elementos para afirmar que os contraexemplos colocados pela crítica podem ser evitados por uma versão de teoria do crédito que exija, como condição necessária para que o agente A saiba a crença verdadeira C, que a obtenção de C resulte da manifestação de habilidades cognitivas de A. Nessa perspectiva, a crença verdadeira C manifesta as habilidades cognitivas do agente A só se estão satisfeitas: (i) a intuição da atribuição: o agente tem crédito epistêmico porque ter obtido a crença verdadeira C é atribuível à sua agência epistêmica; (ii) a intuição da competência: ao formar C o agente A está exercendo suas competências em condições apropriadas, interna e externamente, nas quais dificilmente se enganaria; e (iii) a intuição da adequação: a competência cognitiva de A está adequadamente envolvida não só na produção de C, mas também no fato de ele ter alcançado verdade.

1. Teoria do Crédito: relação explanatória e relação de manifestação

A relação atributiva, mencionada na seção anterior, tem sido concebida pelos teóricos do crédito de duas maneiras: a atribuição de sucesso cognitivo ao agente é determinada pelo grau de importância que sua(s) habilidade(s) cog-

³ Cfr. Sosa, Ernest, «How Competence matters in Epistemology», *Philosophical Perspectives* (Epistemology), v. 24 (2010), 465-475, competências cognitivas são propriedades disposicionais constitutivas do caráter do agente epistêmico relacionadas a performances cognitivas bem-sucedidas. Desse modo, competências cognitivas são equivalentes a virtudes intelectuais ou epistêmicas. O ponto focado neste artigo dispensa considerações quanto à natureza das virtudes, permitindo assumir neste quesito um entendimento neutro no qual competências, ou virtudes, são qualidades inatas ou adquiridas, que constituem o caráter cognitivo do agente epistêmico e estão relacionadas à obtenção de crença verdadeira.

tiva(s) tem(têm) na explicação de por que ele obteve a relevante crença verdadeira⁴; e a atribuição de sucesso cognitivo ao agente depende da manifestação de suas habilidades cognitivas na obtenção da relevante crença verdadeira⁵. Na sequência me referirei de modo comum⁶ às posições de John Greco e Duncan Pritchard como «Teoria do crédito explanatória», e a posição liderada por Sosa como «Teoria do crédito por manifestação».

1.1. Teoria do crédito explanatória

Conforme John Greco⁷, a crença verdadeira C só pode ser creditada ao agente A se na explicação causal da obtenção de C o caráter cognitivo virtuoso de A for o fator «mais saliente». Esta posição é duramente atacada por Jennifer Lackey⁸, a contundência de sua crítica serviu de motivação não só para a significativa revisão que Greco⁹ faz de sua teoria, mas também para que Pritchard¹⁰, ao oferecer sua versão de teoria do crédito, conceba a relação de atribuição de modo mais brando, colocando como condição para que C seja atribuível a A que o exercício das habilidades cognitivas de A sejam uma parte importante (mas não a mais importante) da explicação de por que A formou C. Pritchard

⁴ GRECO, J., «Knowledge as credit for true belief», in M. DEPAUL – L. ZAGZEBSKI (eds.), *Intellectual virtue: Perspectives from ethics and epistemology*. Oxford University Press, Oxford 2003, 111-134, e GRECO, John, «A (different) virtue epistemology», *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 85, n. 1 (2012), 1-26.

⁵ BRONCANO-BERROCAL, Fernando, «A robust enough virtue epistemology», *Synthese* (2016), 1-18; KELP, Christopher, «Knowledge: The Safe-Apt View», *Australasian Journal of Philosophy*, v. 91, n. 2 (2013), 265-278; PRITCHARD, Duncan, «Anti-Luck Virtue Epistemology», *The Journal of Philosophy*, v. 109, n. 3 (2012), 247-279; SOSA, «How Competence matters in Epistemology», art. cit.; SOSA, Ernest, *Judgment and Agency*, Oxford University Press, Oxford 2015; TURRI, John, «Manifest Failure: The Gettier Problem Solved» *Philosophers' Imprint*, v. 11, n. 8 (2011), 1-11; TURRI, John, «Is knowledge justified true belief?» *Synthese*, v. 184 (2012) 247-259; e TURRI, John, «A New Paradigm for Epistemology: From Reliabilism to Abilism», *Ergo*, v. 3, n. 8 (2016), 189-230.

⁶ Embora Greco e Pritchard ofereçam versões diferentes de teoria do crédito, divergindo precisamente quanto à força explicativa que a competência agencial deve ter para satisfazer a relação de atribuição em termos explanatórios, para o aspecto teórico focado no presente artigo esta distinção não é importante.

⁷ GRECO, «Knowledge as credit for true belief», art. cit.

⁸ LACKEY, Jennifer, «Why we don't deserve credit for everything we know», *Synthese*, v. 158, n. 3 (2007), 345-361; e LACKEY, Jennifer, «Knowledge and Credit», *Philosophical Studies*, v. 142 (2009), 27-42.

⁹ GRECO, «A (different) virtue epistemology», art. cit.

¹⁰ PRITCHARD «Anti-Luck Virtue Epistemology», art. cit.

se distingue de Greco por entender que é suficiente, para fins de creditar epistemicamente a crença C ao agente A, que as habilidades cognitivas de A integrem o conjunto de fatores importantes na explicação da obtenção de C por A. Contudo, ambos estão unidos na dificuldade em mostrar qual a relevância adequada, seja qualitativa como propõe Greco, seja quantitativa, como quer Pritchard, que as habilidades do agente devem ter para que ele tenha crédito pelo sucesso cognitivo.

1.2 Teoria do crédito por manifestação

Conforme Sosa¹¹, conhecimento é crença apta, ou seja, crença verdadeira obtida mediante a habilidade do sujeito e não acidentalmente, e por isso o sucesso cognitivo lhe é atribuído. Crença apta resulta da satisfação da estrutura «AAA»: *accuracy* (a crença é verdadeira), *adroitness* (a crença é hábil no sentido de ter sido produzida pela habilidade do sujeito), e *aptness* (a crença apta é verdadeira porque é hábil). Nessa proposta teórica, a relação de atribuição é concebida em termos de manifestação, isto é, em casos de conhecimento o sucesso epistêmico se deve à manifestação da competência do agente.

A adequada compreensão da proposta teórica de Sosa requer alguma clarificação terminológica. As competências do agente são concebidas enquanto disposições para, no mais das vezes, levá-lo ao sucesso em suas performances. Essas disposições têm como estrutura «SSS»: *skill* (habilidade), *shape* (forma) e *situation* (situação). Enquanto habilidade e forma se referem a aspectos intrínsecos do agente, situação se refere às condições do ambiente. Se habilidade, forma e situação forem epistemicamente apropriadas, na presença de um desencadeador elas darão causa à manifestação da competência cognitiva do agente, levando-o ao sucesso. Finalmente, se a competência do agente se manifesta em determinado resultado então ela explica adequadamente este resultado, uma vez que a competência do agente só se manifesta quando ela está envolvida de modo relevante na obtenção do resultado em questão¹². Desse modo, na concepção de Sosa, dizer que determinada crença verdadeira C manifesta a competência do agente A é dizer que o sucesso cognitivo de A não é casual mas creditável a ele.

¹¹ Cfr. Sosa, *Judgment and Agency*, op. cit., pp. 18-27.

¹² Cfr. Sosa, *Judgment and Agency*, op. cit., p. 30.

2. Teoria do crédito: a crítica

A crítica às teorias do crédito epistêmico está ilustrada em dois problemas que se associam, pois enquanto uma das objeções pretende mostrar que crédito epistêmico não é condição necessária, a outra pretende mostrar que crédito epistêmico não é condição suficiente para o conhecimento. O caso Morris, oferecido por Lackey¹³, é um contraexemplo à tese de que crédito epistêmico é condição necessária para conhecimento. Esse caso coloca uma situação onde conhecimento testemunhal é adquirido mas as habilidades cognitivas do agente (o ouvinte receptor do testemunho) teriam pouca ou nenhuma relevância para a aquisição de crença verdadeira. Logo, poderia haver conhecimento sem crédito. Por outro lado, ter crédito epistêmico também não seria condição suficiente para conhecimento, uma vez que situações de insegurança epistêmica podem impedir o agente de alcançar conhecimento, como é o caso no famoso contraexemplo dos «Falsos celeiros»¹⁴. Logo, poderia haver crédito sem conhecimento.

2.1. Conhecimento (testemunhal) sem crédito: o caso de Morris, o visitante de Chicago

Em sua primeira visita a Chicago Morris deseja conhecer a Sears Tower e pede informações ao primeiro passante que encontra, o qual acontece ser um residente local, profundo conhecedor da cidade, que fornece a Morris a informação correta sobre a localização da Sears Tower. Desse modo, com base nesse testemunho, Morris forma uma crença verdadeira que é um caso de conhecimento. No entanto, seu sucesso cognitivo é devido preponderantemente às habilidades epistêmicas do passante, dado que seu encargo epistêmico enquanto ouvinte na relação testemunhal estaria reduzido à seleção aleatória de um bom informante. Se as faculdades cognitivas confiáveis de Morris não constituem a parte mais importante na cadeia causal que explica a obtenção de crença verdadeira, então, diz Lackey, Morris tem conhecimento mas não tem crédito por sua crença verdadeira. Logo, crédito epistêmico não seria uma condição necessária para o conhecimento¹⁵.

¹³ Cfr. LACKEY «Why we don't deserve credit for everything we know», art. cit., p. 352.

¹⁴ O caso original está em GOLDMAN, Alvin, «Discrimination and Perceptual Knowledge», *Journal of Philosophy*, v. 73 (1976), 771-791, cfr. pp. 772-773. A versão que apresento aqui está em PRITCHARD, «Anti-Luck Virtue Epistemology», art. cit.

¹⁵ Embora originalmente o contraexemplo colocado por Lackey tenha se dirigido de modo direto à teoria de John Greco, segundo a qual o agente só tem conhecimento caso seu caráter cogni-

2.2. Crédito sem conhecimento: O caso dos Falsos celeiros

Barney passeia em um ambiente epistêmico hostil, onde vários celeiros falsos se misturam a um único celeiro genuíno, diante do qual ele forma a crença «isto é um celeiro». Ao formar a crença verdadeira «isto é um celeiro», Barney percebe visualmente um celeiro genuíno e sua percepção visual verídica resulta de suas habilidades cognitivas, de modo que seu sucesso é devido ao fato de que suas habilidades cognitivas o conectam adequadamente a um objeto físico real, qual seja, o único celeiro existente naquelas paragens.

Apesar de nesse caso o caráter cognitivo de Barney ser o fator causal mais importante na explicação de por que ele formou uma crença verdadeira, intuitivamente, alega o crítico, Barney tem crédito por sua crença verdadeira mas não tem conhecimento, pois sua crença não é segura dado que no ambiente dos falsos celeiros Barney com muita facilidade se enganaria¹⁶. Logo, a condição de crédito epistêmico não seria suficiente para explicar quando temos e quando não temos conhecimento.

3. Teoria do crédito: Contracrítica

3.1. Defesa de Sosa

A fim de permitir uma apreciação adequada da estratégia teórica de Sosa é conveniente retomar seus principais elementos teóricos. Primeiramente, conhecimento é crença apta, onde aptidão é sucesso que manifesta a competência do agente. As competências são disposições do agente que o conduzem, no mais das vezes, a performances bem-sucedidas. Se o agente possui a habilidade relevante e está em forma e situação apropriadas, quando na presença de um desencadeador sua competência se manifesta levando-o ao sucesso¹⁷. Nessa perspec-

tivo confiável seja o fator mais saliente dentre os fatores causais que explicam a obtenção de crença verdadeira, ele representa um desafio ao conjunto dos teóricos do crédito, uma vez que suas explicações de conhecimento precisam contemplar casos como o de Morris. As reações à objeção de Lackey são consideradas em maior detalhe na seção 3 deste artigo.

¹⁶ Segundo o diagnóstico de Pritchard, a sorte interveniente que ocorre em casos do tipo Gettier, onde há uma fissura entre a habilidade e o fato, é diferente daquela à qual Barney está sujeito, que seria do tipo ambiental, impedindo que Barney forme uma crença verdadeira e segura, uma vez que muito facilmente a crença de que «isto é um celeiro» poderia ter sido falsa, dado que a região conta com um único celeiro genuíno, sendo que todos os demais são falsos.

¹⁷ Cfr. Sosa, *Judgment and Agency*, op. cit., p. 29.

tiva, quando a competência do agente se manifesta em dado resultado bem-sucedido a referida competência é necessariamente relevante para esse resultado, ou seja, o resultado é apropriadamente explicado pela competência do agente.

A partir desses elementos teóricos, Sosa responde à objeção de que crédito não é necessário para o conhecimento alegando que em casos de conhecimento testemunhal a crença verdadeira é creditável ao agente por resultar do exercício de uma competência cognitiva que está, no mínimo, parcialmente assentada no receptor do testemunho. Nesses casos, diz Sosa, o sucesso cognitivo é explicado mais completamente pela manifestação de uma competência de grupo constituída pelas várias competências cognitivas, dos falantes e ouvintes que integram a cadeia testemunhal¹⁸.

O que aprendemos a partir de casos de testemunho é que a competência epistêmica, manifestada em nosso juízo que é candidato a conhecimento, não precisa estar assentada exclusivamente em nós mesmos. Ela pode estar assentada em um grupo do qual somos parte, de modo que ela está parcialmente assentada em nós mesmos. Suponhamos que a correção de nosso juízo parcialmente manifeste nossa própria competência, a qual é parcialmente constitutiva de uma competência assentada na integralidade do grupo. Nesse caso a correção de nosso juízo pode manifestar parcialmente a competência completa assentada neste grupo, e o nosso lugar nele é essencial para a aptidão desse juízo e para a aptidão plena da afirmação que ele contém¹⁹.

Para responder à objeção dos Falsos celeiros, Sosa se vale da distinção entre os três níveis de conhecimento: animal e reflexivo, respectivamente crença apta e crença apta aptamente notada (*aptly noted*), e o nível excelente de conhecimento pleno (*full well*). Nessa estrutura hierárquica de conhecimento, Sosa entende que, dadas as peculiaridades do ambiente dos falsos celeiros, Barney tem conhecimento animal pois sua crença de primeira ordem é apta (verdadeira, hábil e verdadeira porque hábil). Contudo, para que ele possa eventualmente ter conhecimento reflexivo, uma competência agencial reflexiva de Barney deve se manifestar, levando-o a formar uma crença epistemicamente sofisticada, que além de apta seria também aptamente notada. Mesmo admitindo que seja possível, ainda que muito remotamente, Barney atingir o elevado nível de excelên-

¹⁸ Esta resposta pode ser criticada pela obscuridade da ideia de uma competência de grupo. Na seção 4 sugiro que a linha de resposta assumida por Sosa pode evitar esta dificuldade ao ser simplificada sem prejuízo de sua plausibilidade.

¹⁹ Sosa, *Judgment and Agency*, op. cit., pp. 116-117. A esse respeito ver também Sosa, Ernest, «Respuestas a mis comentadores», *Teorema*, v. 28, n. 1 (2009), 112-124.

cia epistêmica característico do conhecimento reflexivo estando na área dos falsos celeiros, Sosa é categórico ao negar que nesse ambiente ele possa ter conhecimento pleno porque «para saber plenamente Barney precisa saber que se em suas condições ele afirmasse estar diante de um celeiro ele não erraria facilmente²⁰». Mas Barney não está em posição de satisfazer essa condição contra-factual de segurança, pois o juízo formulado por ele só é seguro se

[...] a afirmação contida nele for apta [...] e continuar a ser apta, da seguinte maneira: o sujeito [Barney] deve possuir uma competência completa em virtude da qual ele afirmaria correta e aptamente, de modo suficientemente confiável, com respeito a dada questão se ele afirmasse por meio do exercício dessa competência.

Em suma, conforme Sosa, sujeitos em ambientes epistemicamente hostis não têm competência «completa» e, por isso, Barney nunca poderá ter conhecimento sobre celeiros no ambiente dos falsos celeiros²¹.

3.2. Defesa de Greco e Pritchard

Greco²² procura escapar das dificuldades colocadas à sua teoria alegando que a saliência explicativa que as habilidades do sujeito devem ter para satisfazer a relação de crédito epistêmico não teria caráter quantitativo mas qualitativo. Essa saliência seria governada frequentemente por interesses e propósitos, e estaria relacionada ao que é estranho ou inusual.

Desse modo, quando tanto a habilidade cognitiva do agente quanto o ambiente no qual ele se encontra estão em seu modo usual de conduzir à verdade, a habilidade relevante teria «saliência *default*», dado os interesses e propósitos característicos de seres humanos enquanto compartilhadores de informação. Na ótica de Greco, o fato de Barney não se encontrar em um ambiente usual o impede de ter crédito por sua crença verdadeira e, por consequência, de ter conhecimento. Por outro lado, ao contrário do que é alegado pela crítica, Morris teria crédito por sua crença verdadeira uma vez que suas habilidades cognitivas estão envolvidas no modo correto em sua obtenção, aspecto que é decisivo para distinguir a situação de Morris e a situação de protagonistas de casos

²⁰ Cfr. Sosa, Ernest, *Judgment and Agency*, op. cit., p. 79.

²¹ À semelhança do que ocorre em sua resposta ao caso do conhecimento testemunhal, há certa obscuridade, que considero desnecessária, ao se invocar a noção de «competências incompletas» ou «parciais». Na seção 4 ofereço uma resposta alternativa que conserva esta linha argumentativa mas evita esta dificuldade.

²² Cfr. GRECO, John, «A (different) virtue epistemology», art. cit., p. 9 e seguintes.

de tipo Gettier, pois enquanto esses últimos têm crença verdadeira apenas por casualidade, não seria por acaso que Morris tem crença verdadeira.

A seguinte passagem ilustra o pensamento de Greco:

Crédito pelo sucesso obtido em cooperação com outros não é suplantado [*swamped*] pela performance hábil de outros, nem mesmo pela notável performance de outros. Contanto que os próprios esforços e habilidades estejam «apropriadamente envolvidos», o sujeito merece crédito pelo sucesso em questão²³.
(grifo meu)

A proposta de Pritchard²⁴ se afasta daquela de Greco em dois aspectos: primeiramente, quanto ao entendimento acerca da saliência explanatória das habilidades do agente que seria apropriada para explicar o crédito epistêmico do agente; e em segundo lugar, pela inclusão de uma condição de segurança, ou antissorte, para o conhecimento. Enquanto a condição antissorte explicaria a falta de conhecimento em casos como o de Barney, o enfraquecimento da exigência de saliência explicativa das habilidades do agente daria conta de casos de conhecimento testemunhal nos quais, apesar de as habilidades do agente não serem o fator causal mais importante dentre os fatores que contribuem para o sucesso cognitivo, essas habilidades estariam envolvidas em «grau significativo» na obtenção da crença verdadeira relevante²⁵, o que seria suficiente para que o agente tenha crédito epistêmico.

4. Conhecimento como manifestação da competência do agente epistêmico

Nessa última seção apresento minha proposta de que as seguintes intuições, presentes nas versões de teoria do crédito mencionadas acima, podem ser reunidas em uma explicação de conhecimento que pode escapar ao problema de Gettier e aos contraexemplos colocados pela crítica:

- (i) intuição da atribuição: em casos de conhecimento o sucesso cognitivo é atribuível ao agente por manifestar sua competência cognitiva;
- (ii) intuição da competência: a manifestação de habilidades cognitivas do agente requer que o exercício dessas habilidades ocorra em condições apro-

²³ GRECO, John, «The nature of ability and the purpose of knowledge», *Philosophical Issues*, v. 17 (2007), 57-69, cf. p. 65.

²⁴ PRITCHARD, «Anti-Luck Virtue Epistemology», art. cit.

²⁵ PRITCHARD, «Anti-Luck Virtue Epistemology», art. cit.

priadas, tanto interna quanto externamente, condições nas quais ele não se enganaria facilmente; e
 (iii) intuição da adequação: a competência cognitiva do agente só se manifesta em determinada crença verdadeira se estiver adequadamente envolvida tanto na produção da crença quanto no sucesso em alcançar verdade.

Desse modo, entendo que os defensores de explicações de conhecimento em termos de crédito epistêmico colocaram, de modo conjunto, os elementos teóricos necessários e suficientes para oferecer uma explicação de conhecimento que evita o problema de Gettier e enfrenta as objeções dos críticos. Considero que eles assim o fizeram sob o efeito de uma motivação comum – todos eles reconhecem, pelo menos em alguma medida, a relevância tanto da intuição de atribuição, quanto da intuição da competência e da intuição da adequação. Reconhecida esta base comum, entendo que essas propostas teóricas podem ser combinadas, tendo como noção central a relação de manifestação.

Nessa perspectiva, conhecimento seria explicável em termos da manifestação da competência cognitiva do agente, onde a relação de manifestação seria entendida nos termos propostos por Sosa²⁶, tendo como *relata* de um lado a competência do agente e de outro seu sucesso cognitivo. O ponto crucial em minha proposta é o de que a «manifestação da competência cognitiva do agente» satisfaz as intuições referidas acima – quando a relação de manifestação ocorre, o resultado é bem-sucedido e causado pela competência do agente em condições apropriadas que o tornam seguro (não casual), sendo, portanto, explicado por ela de maneira que o sucesso cognitivo é creditável ao agente.

Nesses termos, conhecimento pode ser definido como «crença que manifesta a competência cognitiva do agente», onde a manifestação da competência cognitiva do agente implica (i) sucesso (obtenção de crença verdadeira); (ii) competência (o agente possui a habilidade relevante e está na forma e situação apropriadas, circunstâncias nas quais ele não se enganaria facilmente); e (iii) a competência do agente é adequada por ser essencial para o sucesso (obtenção de crença verdadeira).

Com base nesta definição de conhecimento, pode-se alegar que em casos de conhecimento testemunhal a competência cognitiva do agente (o ouvinte) está manifesta na obtenção de crença verdadeira uma vez que ela é essencial para que essa obtenção se dê; já no caso dos Falsos celeiros, o agente não tem conhecimento porque sua crença verdadeira não manifesta sua competência cogni-

²⁶ Sosa, *Judgment and Agency*, op. cit.

tiva dadas as condições ambientais inapropriadas, nas quais muito facilmente o agente formaria crenças falsas.

Em conclusão, a presente versão de teoria do crédito epistêmico, na qual a manifestação da competência cognitiva do agente (entendida nas linhas expostas neste artigo) é condição necessária e suficiente para o conhecimento, evita o problema de Gettier bem como escapa às duas objeções apresentadas neste artigo, pois fornece o veredicto correto tanto em casos de conhecimento, inclusive testemunhal, quanto em casos onde situações contrafactuais, como no ambiente dos falsos celeiros, impedem a atribuição de conhecimento – quando há manifestação da competência cognitiva do agente na aquisição de uma crença verdadeira esse sucesso cognitivo é creditável a ele, sua crença é segura e não é verdadeira por acidente.

Referências bibliográficas

- BRONCANO-BERROCAL, Fernando (2016), «A robust enough virtue epistemology», *Synthese*, 1-18.
- GETTIER, E. (2009), «Is Justified Belief Knowledge?», in E. SOSA – J. KIM – J. FANTL – M. McGRATH (eds.), *Epistemology: an anthology*, Blackwell Publishing, Malden, pp. 192-193. (Reimpressão do artigo publicado em *Analysis*, 23.6, 1963, pp. 121-123).
- GOLDMAN, Alvin (1976), «Discrimination and Perceptual Knowledge», *Journal of Philosophy*, 73, 771-791, cf. pp. 772-773.
- GRECO, John (2003), «Knowledge as credit for true belief», in M. DEPAUL – L. ZAGZEBSKI (eds.), *Intellectual virtue: Perspectives from ethics and epistemology*, Oxford University Press, Oxford, pp. 111-134.
- ____ (2007), «The nature of ability and the purpose of knowledge», *Philosophical Issues*, 17, 57-69.
- ____ (2012), «A (different) virtue epistemology», *Philosophy and Phenomenological Research*, 85, n. 1, 1-26.
- KELP, Christopher (2013), «Knowledge: The Safe-Apt View», *Australasian Journal of Philosophy*, 91, n. 2, 265-278.
- LACKEY, Jennifer (2007), «Why we don't deserve credit for everything we know», *Synthese*, 158, n. 3, 345-361.
- ____ (2009), «Knowledge and Credit», *Philosophical Studies*, 142, 27-42.
- PRITCHARD, Duncan (2012), «Anti-Luck Virtue Epistemology», *The Journal of Philosophy*, 109, n. 3, 247-279.
- SOSA, Ernest (2009), «Respuestas a mis comentadores», *Teorema*, 28, n. 1, 112-124.
- ____, «How Competence matters in Epistemology», *Philosophical Perspectives (Epistemology)*, 24, 465-475.
- ____ 2015, *Judgment and Agency*, Oxford University Press, Oxford.
- TURRI, John (2011), «Manifest Failure: The Gettier Problem Solved» *Philosophers' Imprint*, 11, n. 8, 1-11.
- TURRI, John (2012), «Is knowledge justified true belief?», *Synthese*, 184, 247-259.
- TURRI, John (2016), «A New Paradigm for Epistemology: From Reliabilism to Abilism», *Ergo*, 3, n. 8, 189-230.